



R\$ 4,96
Dólar -0,10% ↓
Ver em Tempo Real

Rio de Janeiro
32°C 22°C



Buscar...



Anvisa garante que debates da COP do tabaco não vão influenciar decisão sobre DEFs

Publicado em 08/02/2024 14:45

Diretor do órgão participa da conferência sobre futuro do setor no Panamá

Os debates realizados no âmbito da COP (Conferência das Partes) do tabaco, que ocorre no Panamá, não irão influenciar a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a regulamentação dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), garantiu o diretor do órgão Daniel Meirelles. A decisão foi feita a parlamentares brasileiros e representantes do setor que acompanham os desdobramentos do evento.

Durante a COP, que reúne membros de 183 países, há diversos grupos de trabalho discutindo as experiências mundiais sobre os DEFs. A Anvisa encerrará sexta-feira (09) uma consulta pública sobre o tema, e depois poderá finalizar a análise sobre o processo de regulamentação no Brasil.

"Ouvir este compromisso traz um pouco de alívio, mas precisamos seguir atentos em função do histórico do atual governo em criar dificuldades à regularidade deste mercado, que na prática já existe e abastece o contrabando diariamente", sustenta o deputado federal Rafael Pezenti (MDB-SC), um dos membros da comitiva que está no Panamá.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 111 países já possuem regulamentação de DEFs. Do total, 79 permitem a fabricação e comercialização e outros 32 proíbem. No Brasil, a Anvisa adotou uma medida de precaução em 2009 proibindo, mas agora está em fase de reanálise.

"O impacto de eventual proibição dos DEFs vai fazer com que a saúde seja prejudicada, os produtos que chegam ao país hoje vem do contrabando, muitos elementos artificiais e sintéticos que são extremamente danosos à saúde. O Brasil precisa entender que os hábitos de consumo mudam e a ciência e a tecnologia encontraram uma maneira de reduzir os danos" completa o deputado estadual do Rio Grande do Sul Marcus Vinícius (PP), outro integrante da comitiva.

O setor produtivo defende que o país estabeleça um regramento sobre os dispositivos eletrônicos para oferecer aos usuários produtos seguros, com garantia fitossanitária e que gerem arrecadação ao governo. Hoje, milhões de usuários no Brasil adquirem produtos piratas e sem controle de qualidade.

Somente em impostos, a União e os Estados perdem R\$ 7,5 bilhões ao ano com a falta de regulamentação e deixam de criar 110 mil empregos, segundo a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Já segue nosso Canal oficial no WhatsApp? [Clique Aqui](#) para receber em primeira mão as principais notícias do agronegócio

Tags: [Agronegócio](#), [Agricultura](#)

Fonte: FIEMG

RECEBA NOSSAS NOTÍCIAS DE DESTAQUE NO SEU E-MAIL

CADASTRE-SE NA NOSSA NEWSLETTER

Cadastrar

Ao continuar com o cadastro, você concorda com nosso [Termo de Privacidade e Consentimento](#) e a [Política de Privacidade](#).

Taboia Feed

Alarme com câmera Wi-Fi: Preço incrível por tempo limitado!

Alarmes | Sponsored

Não coma mais fibras para soltar o intestino sem ver isso antes

Blog Natural Vida | Sponsored

Soja/Cepea: Preços da saca operam abaixo dos R\$ 120

As negociações envolvendo soja têm ocorrido abaixo de R\$ 120/sc de 60 kg no mercado spot nacional.

Segundo pesquisadores do Cepea, além do repasse das...

Notícias Agrícolas